FALHAS E POTENCIAL: A TRAJETÓRIA DA SUDAM E OS CAMINHOS PARA UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA.

SUDAM: Challenges, Corruption, and Opportunities for Sustainable Development in the Amazon.

[Alexandre Ribeiro Corrêa][1]
[Alexandre Chagas Soares Machado][2]

RESUMO

A Amazônia reúne um dos maiores potenciais naturais e socioculturais do planeta para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. No entanto, a trajetória da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foi marcada por falhas estruturais, má gestão e um modelo econômico voltado à exploração intensiva de recursos naturais, como mineração e grandes obras de infraestrutura. Este artigo analisa os principais limites da atuação histórica da SUDAM, destacando sua incapacidade de promover inclusão social, desenvolvimento local e preservação ambiental. Ao mesmo tempo, discute as oportunidades contemporâneas para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento na região, baseado na bioeconomia, na inovação tecnológica e na valorização da sociobiodiversidade. Conclui-se que a superação dos erros do passado exige uma abordagem integrada, participativa e comprometida com o bem-estar das populações amazônicas e com a conservação dos ecossistemas da floresta.

Palavras-chave: SUDAM. Desenvolvimento regional. Amazônia Legal. Bioeconomia. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The Amazon region holds vast natural and socio-environmental potential to become a global model for sustainable development. However, the trajectory of the Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) reveals a history marked by institutional fragility, political interference, and a developmental strategy focused on large-scale extractive projects. This article analyzes the limitations and failures of SUDAM's traditional approach, emphasizing its inability to promote inclusive and sustainable development in the region. At the same time, it highlights the current opportunities to reorient development policies based on biodiversity, innovation, and social inclusion. The article argues that the future of the Amazon depends on an integrated model that

[1] Discente do curso de Economia na Universidade Federal do Pará.

[2] Discente do curso de Economia na Universidade Federal do Pará.

combines environmental preservation, income generation, and local empowerment through bioeconomy and decentralized technologies.

Keywords: SUDAM. Regional development. Amazon. Bioeconomy. Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

Desde a sua criação, a SUDAM esteve no centro de um intenso debate sobre o sucesso e os fracassos das políticas de desenvolvimento na região. Ao longo das décadas, muitos projetos apoiados pela SUDAM foram criticados por falhas na execução e resultados aquém das expectativas, o que gerou uma série de oportunidades perdidas para o real desenvolvimento da Amazônia. A falta de coordenação entre as políticas públicas, a má gestão dos recursos e a inadequação dos projetos às reais necessidades da população local contribuíram para os insucessos. Além disso, a corrupção e o clientelismo também desempenharam papéis significativos nos problemas enfrentados pela SUDAM.

Os problemas da SUDAM ficam evidentes em casos como o da hidrelétrica de Balbina. Construída a um custo ambiental imenso - com o alagamento de uma vasta área de floresta - a usina nunca cumpriu sua promessa de geração energética. Enquanto isso, escândalos de corrupção, como o caso Jader Barbalho, revelavam como recursos públicos eram desviados em vez de aplicados no desenvolvimento regional.

Esses fracassos não foram acidentais, mas resultado de um modelo de desenvolvimento que priorizava grandes obras de infraestrutura em detrimento de soluções sustentáveis, que favorecia interesses políticos em vez das necessidades reais da população local, e que optava por projetos de curto prazo em vez de um planejamento estratégico de longo alcance.

Por outro lado, a experiência acumulada pela SUDAM oferece lições valiosas para a formulação de novas políticas de desenvolvimento. A compreensão das falhas passadas pode informar a criação de estratégias mais eficazes que considerem as peculiaridades da região e promovam um desenvolvimento sustentável e inclusivo. A Zona Franca de Manaus, apesar de suas contradições, mostrou que era possível criar um polo industrial na região. Projetos comunitários de manejo sustentável, embora muitas vezes marginalizados, demonstraram a viabilidade de alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé. O estudo das oportunidades perdidas também permite identificar áreas de potencial para o futuro, onde políticas bem estruturadas podem contribuir para um desenvolvimento real e duradouro da Amazônia.

Hoje, quando a Amazônia se encontra em uma encruzilhada entre a degradação ambiental e o potencial da bioeconomia, essas lições se tornam mais relevantes do que nunca. A experiência da

SUDAM nos ensina que qualquer modelo de desenvolvimento para a região precisa, antes de tudo, ouvir as comunidades locais, valorizar seus conhecimentos tradicionais e buscar um equilíbrio genuíno entre progresso econômico e preservação ambiental.

O estudo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) é essencial para compreender os problemas concretos que comprometeram a eficácia dos seus projetos de desenvolvimento. A SUDAM enfrentou desafios significativos, como má gestão e corrupção, que prejudicaram o alcance dos seus objetivos. Este trabalho justifica-se pela necessidade de uma análise detalhada dessas falhas, permitindo identificar pontos críticos e extrair lições para evitar a repetição dos mesmos erros. Com isso, pretende-se fornecer uma base prática para a melhoria das políticas de desenvolvimento na Amazônia, visando maior eficiência e alinhamento com as necessidades reais da região.

2. HISTÓRICO E ESTRUTURA DA SUDAM

A trajetória de esforços governamentais para a promoção do crescimento econômico da região começou com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A criação da SPVEA em 1953, mediante a Lei nº 1.806. Instituída no governo de Getúlio Vargas, representou a primeira iniciativa estatal voltada exclusivamente para a promoção do crescimento econômico e a integração da região ao restante do país A SPVEA foi a primeira autarquia a ter como objetivo o desenvolvimento da Amazônia, visando integrar a região ao restante do país e aproveitar seus recursos naturais.

Apesar das intenções ambiciosas, a SPVEA enfrentou diversas dificuldades, como a falta de recursos suficientes, a fragmentação de políticas e a ausência de uma infraestrutura adequada para executar projetos na vasta e isolada região amazônica. Seus esforços para implementar projetos de infraestrutura e promover o desenvolvimento econômico foram limitados pela escassez de uma estratégia coerente e uma articulação institucional eficaz. Como resultado, os impactos práticos de suas ações foram reduzidos e insuficientes para gerar um crescimento significativo.

A justificativa oficial para a extinção da SPVEA foi amplamente adotada por diversos estudiosos. Pereira afirmou que: “por ter se tornado discrepante quanto aos propósitos formalizados em lei, ela foi extinta em 1966, dando lugar ao aparecimento da Sudam, cuidadosamente expurgada dos defeitos e vícios que contaminaram a Agência Regional antecessora” (PEREIRA, 1976, p. 63).

A extinção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) ocorreram em um momento de grandes mudanças nas políticas públicas voltadas para a região amazônica, conhecidas como Operação Amazônia, conforme destaca Marques.

> A substituição da SPVEA pela Sudam fez parte da Operação Amazônia, um conjunto de instrumentos institucionais legais, adotados nos últimos meses de 1966 e início do ano seguinte. Com a Operação, ademais, regulamentou-se a Zona Franca de Manaus, criando sua superintendência, foi criado o Banco da Amazônia para o lugar do Banco de Crédito da Amazônia e foi instituída uma nova política nacional da borracha. Mas talvez a mais importante das mudanças tenha sido a reformulação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. (MARQUES, 2013, p. 185).

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foi criada pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da região amazônica brasileira. A fundação da SUDAM seguiu à promulgação da Lei 5.122, de 28 de setembro de 1966, que transformou o antigo Banco de Crédito da Amazônia S.A. em Banco da Amazônia S.A. (Basa), ampliando suas atribuições para o desenvolvimento regional. O Basa passou a ser o agente financeiro da nova superintendência, marcando uma mudança significativa nos objetivos e instrumentos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. (SUDAM, s/d, BRASIL, 2024). Essa reestruturação permitiu que a superintendência gerisse, com mais recursos e suporte institucional, os investimentos necessários para estimular o desenvolvimento da região.

A SUDAM foi instituída "...com o objetivo principal de promover a ocupação produtiva da Amazônia a partir do aproveitamento de seus recursos naturais, ampliando as fronteiras econômicas do País e propiciando o desenvolvimento da região."(MOREIRA, 2003, p. 211). Adotando como principal mecanismo de atuação um sistema de incentivos fiscais regulamentado pela Lei nº 5.174/1966. Conforme destacam León, Araújo, Rezende e Sobrinho (2015, p. 5), o marco legal da SUDAM estabelecia que:

> Dentro dos parâmetros normativos dados para o estabelecimento da SUDAM, se encontra a lei 5.174 na qual gerava a concessão de incentivos fiscais em favor da Região, conferia liberdade a pessoas jurídicas, exceções de impostos de renda, taxas federais, para atividades industriais, agropecuárias e de serviços, e isenção de impostos e taxas para maquinarias e equipamentos importados e bens doados por entidades estrangeiras. (LEÓN; ARAÚJO; REZENDE; SOBRINHO, 2015, p. 5)

Esses instrumentos econômicos foram concebidos para impulsionar grandes projetos nos setores industrial, agropecuário e de infraestrutura, considerados vetores prioritários do desenvolvimento regional. O Fundo de Investimento da Amazônia[3] (FINAM) complementava essa estrutura como mecanismo de financiamento, criando condições privilegiadas para atração de capital

[3] O FINAM foi criado pelo Decreto Lei nº 1.376, de 12.12.74, alterado pela Lei nº 8.167, de 16.01.91, regulamentada pelo Decreto n° 101, de 17.04.91.

privado. A política baseava-se na premissa de que os benefícios fiscais - somados ao apoio do Banco da Amazônia (BASA) - gerariam crescimento econômico acelerado e a desejada integração da região ao restante do país.

Contudo, como analisaremos adiante, essa estratégia revelaria contradições entre os objetivos oficiais e seus resultados concretos, especialmente quanto à distribuição desigual dos benefícios e aos impactos socioambientais não previstos nos modelos tecnocráticos originais.

A estrutura organizacional da SUDAM incluía um conselho deliberativo, formado por representantes de ministérios, entidades regionais e do setor privado, responsável por aprovar os projetos e definir as prioridades de investimento. A superintendência também contava com equipes técnicas multidisciplinares, encarregadas de avaliar a viabilidade dos projetos e monitorar sua execução. A ideia era que, por meio dessa estrutura, a SUDAM pudesse coordenar o desenvolvimento de forma mais eficiente do que seu antecessor, a SPVEA.

No entanto, ao longo dos anos, a SUDAM também enfrentou muitos dos mesmos desafios que a SPVEA havia encontrado. Entre as críticas mais recorrentes estava a má gestão dos projetos e a corrupção, que desviava recursos e enfraquecia a capacidade da superintendência de alcançar seus objetivos. Muitos projetos financiados pela SUDAM fracassaram ou nunca foram completados, o que resultou em enormes desperdícios de recursos públicos. Em particular, a prioridade dada a grandes projetos de infraestrutura e exploração de recursos naturais muitas vezes ignorou as necessidades da população local e contribuiu para a degradação ambiental em várias partes da Amazônia.

Além disso, a SUDAM foi frequentemente acusada de favorecer interesses privados e grandes conglomerados econômicos em detrimento das comunidades amazônicas, que raramente se beneficiavam diretamente dos projetos. Embora os incentivos fiscais tenham atraído investimentos para setores como mineração e agricultura, os impactos sociais e ambientais foram severos, com desmatamento, perda de biodiversidade e exclusão social.

Durante os anos 1980 e 1990, a SUDAM passou por várias tentativas de reforma para melhorar sua eficiência e transparência, mas seus problemas de gestão e corrupção persistiram. O que resultou na sua extinção em 24 de agosto de 2001, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, na medida provisória nº. 2.157-5, criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e extinguiu a SUDAM.

No entanto, a ADA não conseguiu resolver os problemas estruturais herdados, e em 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a nova Sudam pela Lei Complementar N°124, de 3 de janeiro de 2007, em substituição à Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). O Decreto N° 6.218, de 4 de outubro de 2007, com a promessa de uma nova fase de transparência e melhor gestão.

Ao longo de sua história, a SUDAM desempenhou um papel central na promoção de grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, mas também enfrentou falhas estruturais que limitaram seu sucesso. A trajetória da superintendência revela a complexidade de implementar políticas públicas em uma região com desafios geográficos, ambientais e sociais tão vastos. Apesar dos avanços institucionais e das reformas, a SUDAM nunca conseguiu realizar plenamente seu potencial, e sua história é marcada por um legado de projetos falidos e oportunidades perdidas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

3. PRINCIPAIS PROJETOS APOIADOS PELA SUDAM

A SUDAM, ao longo de sua existência, foi responsável por apoiar e financiar uma série de projetos ambiciosos com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da Amazônia. Entre os setores priorizados, destacam-se a mineração, a agropecuária, a construção de infraestrutura e a exploração de recursos naturais, áreas vistas como fundamentais para integrar a região ao restante do país e acelerar o crescimento econômico. No entanto, apesar da promessa de desenvolvimento e prosperidade, muitos desses projetos falharam em atingir os objetivos propostos. Essa seção se propõe a analisar os principais projetos apoiados pela SUDAM, destacando as falhas de gestão que comprometeram seu sucesso, os impactos negativos na economia e na sociedade locais, e a ineficiência na utilização dos recursos públicos.

Entre os principais projetos apoiados pela SUDAM, destacam-se iniciativas como o Programa Grande Carajás (PGC), que foi concebido para desenvolver uma série de projetos de infraestrutura, mineração e indústria na Serra dos Carajás, com foco na extração de minério de ferro. Esse programa se tornou uma das maiores iniciativas de mineração do mundo, visando explorar vastas reservas de ferro, bauxita e outros minerais da região. Embora a extração estivesse restrita a uma área bem organizada pela Companhia Vale do Rio Doce, a migração descontrolada e os projetos adjacentes resultaram em uma situação caótica, evidenciada pela construção de estradas, da ferrovia Carajás, do porto Ponta da Madeira e da mega-usina (KOHLHEPP, 2002, p. 41).

Projetos voltados à agropecuária, como a criação de gado e o cultivo de soja, receberam considerável apoio da SUDAM, que ofereceu incentivos fiscais e subsídios com a argumentação de que a modernização do setor traria avanços para a região. Homma (1989) observa que, a partir de 1973, as iniciativas de colonização que se baseavam na promoção da pequena propriedade começaram a falhar, levando o governo a optar por incentivar grandes empresas para assumir o desenvolvimento rural da Amazônia. Essa abordagem favoreceu a expansão da pecuária, que exige grandes áreas de terra, resultando na ocupação extensiva de regiões no Pará, no norte de Mato Grosso e em Goiás (atualmente, Tocantins).

Além disso, a implementação de projetos de infraestrutura, como a construção da rodovia Transamazônica e das hidrelétricas de Balbina e Tucuruí, foi financiada com o objetivo de facilitar o escoamento de recursos e fornecer energia para os grandes empreendimentos no Pará. A rodovia Transamazônica, em particular, foi projetada para integrar a região amazônica ao restante do país, permitindo o transporte de produtos agrícolas e minerais, além de impulsionar a migração de população para áreas antes inabitadas. As hidrelétricas, por sua vez, foram concebidas para atender à crescente demanda de energia necessária para os projetos industriais e agropecuários em expansão. Esse conjunto de iniciativas foi parte de uma estratégia mais ampla de transformação da economia da Amazônia.

No entanto, muitos dos projetos apoiados pela SUDAM foram mal executados devido a uma série de falhas de gestão, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Balbina (UHB), localizada no estado do Amazonas. Inaugurada em 1989, a usina foi projetada para gerar energia elétrica a partir do aproveitamento do rio Uatumã, inundou 2.360 km2 de floresta tropical para gerar, em média, apenas 112,2 MW de eletricidade. A topografia plana e o tamanho diminuto da bacia hidrográfica fazem com que a produção de energia seja pequena. No entanto, sua construção resultou em impactos ambientais significativos, incluindo a inundação de vastas áreas de floresta e o deslocamento de comunidades locais e produção de energia aquém do esperado. (FEARNSIDE, 1990. p. 98)

Outro exemplo de projeto falido foi o Programa de Colonização da Transamazônica. Originalmente pensado como uma solução para aliviar a pressão populacional nas regiões mais urbanizadas do Brasil e promover a ocupação da Amazônia, principalmente pela migração nordestina. Segundo Kruger (2022) “O discurso oficial garantia que o deslocamento da população do Nordeste excedente solucionaria os conflitos sociais da região e criaria polos de mão de obra que beneficiaram a expansão dos grandes projetos agropecuários, minerais e industriais na Amazônia.” Esse argumento reforçava a narrativa de que a Amazônia seria a solução para a pressão demográfica e econômica do Nordeste, promovendo uma integração nacional. No entanto, o que se observou foi a intensificação de desigualdades sociais e a marginalização de populações locais diante da expansão dos grandes empreendimentos.

O projeto foi marcado por uma falta de infraestrutura e de apoio técnico adequado aos colonos. A ausência de estradas pavimentadas, escolas, hospitais e outros serviços básicos tornou impossível o desenvolvimento sustentável das áreas colonizadas. Como resultado, muitas famílias abandonaram as terras e retornaram às suas regiões de origem, deixando a Transamazônica inacabada e a promessa de desenvolvimento da região por meio da colonização rural como mais um exemplo de fracasso de políticas mal concebidas e mal executadas.

A falta de planejamento adequado foi uma das principais causas para o fracasso de várias iniciativas. Ocorreu, em muitos casos, uma subestimação das dificuldades logísticas e ambientais associadas à execução dos projetos na Amazônia, uma região caracterizada por sua vastidão, falta de infraestrutura e isolamento geográfico. Além disso, muitos dos projetos eram concebidos sem levar em consideração as especificidades socioambientais da região, o que gerava um desalinhamento entre as necessidades locais e os objetivos econômicos estabelecidos pela SUDAM.

Outro fator significativo que comprometeu o sucesso desses projetos foi a ausência de mecanismos de fiscalização e acompanhamento. Em muitos casos, os projetos receberam o financiamento inicial, mas a falta de controle efetivo sobre a aplicação dos recursos permitiu desvios e má gestão. A corrupção endêmica também foi um problema recorrente, com vários casos de recursos destinados a projetos de desenvolvimento sendo desviados para interesses privados ou simplesmente mal utilizados. O resultado foi a execução incompleta ou inadequada de muitas iniciativas, que frequentemente não geraram os benefícios esperados para a economia local.

4. CORRUPÇÃO E CLIENTELISMO: EFEITOS NA GESTÃO DA SUDAM

A atuação da SUDAM foi comprometida, desde seus primeiros anos, por corrupção e clientelismo. A falta de transparência nos processos e a interferência política na alocação de recursos enfraqueceram a instituição. Incentivos fiscais e financiamentos passaram a ser concedidos com base em interesses políticos, e não em critérios técnicos, o que resultou na aprovação de projetos mal planejados e com baixa efetividade para o desenvolvimento da Amazônia.

Gilberto de Souza Marques, em sua tese de doutorado, oferece uma análise crítica sobre os problemas enfrentados pela SUDAM, destacando a má gestão e a corrupção como fatores centrais para o fracasso da instituição:

> Com a Sudam o problema esteve no mau uso dos recursos destinados ou administrados por ela. Por um lado, não se teve competência técnico-administrativa na aprovação e acompanhamento dos projetos incentivados. Por outro, a corrupção desviou parcela considerável de recursos destinados ao desenvolvimento regional, enfraquecendo-o e levando a Superintendência ao descrédito que marcou sua decadência. Esta posição foi dominante no segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso… (MARQUES, 2007, p. 4).

Um exemplo claro do impacto da corrupção foi o desvio sistemático de recursos destinados a projetos de infraestrutura e desenvolvimento agrícola. Empresas fantasmas, criadas com o único propósito de captar incentivos fiscais, recebiam subsídios da SUDAM sem jamais realizarem qualquer atividade produtiva. Essas práticas corroeram a credibilidade da instituição e desviaram milhões de reais que deveriam ter sido investidos no desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Os escândalos de desvio de recursos atingiram seu auge no início dos anos 2000, quando a SUDAM foi alvo de várias investigações federais, resultando na descoberta de esquemas de corrupção generalizada. Investigações da Polícia Federal e do Ministério Público revelaram que a SUDAM estava envolvida em um escândalo de corrupção envolvendo o desvio de pelo menos R$ 4 bilhões da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que provocou grande impacto na política brasileira, chegando a envolver o então presidente do Senado, Jader Barbalho (ESTADO DE MINAS, 2011). O caso se tornou um exemplo marcante de impunidade no Brasil, já que, até hoje, poucas punições foram aplicadas e o dinheiro desviado não foi recuperado pelos cofres públicos.

A SUDAM teve sua imagem institucional profundamente abalada por escândalos de corrupção, o que levou à sua desativação em 2001. Considerada ineficiente e capturada por interesses privados, a autarquia perdeu a confiança pública. Embora compartilhasse problemas com outras agências de desenvolvimento regional, como a SUDENE e a SUDECO, a SUDAM enfrentou desafios mais severos, agravados pela complexidade amazônica e pelo clientelismo político. A ausência de mecanismos de controle e liderança comprometida intensificou sua incapacidade de promover o desenvolvimento sustentável na região.

5. OPORTUNIDADES PERDIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA E PERSPECTIVAS FUTURAS DA SUDAM.

A Amazônia, apesar de sua imensa biodiversidade e riqueza natural, teve seu potencial sustentável subaproveitado pelas políticas da SUDAM, que priorizaram projetos voltados à exploração intensiva de recursos, como mineração, agropecuária e infraestrutura pesada. Iniciativas mais sustentáveis, como o extrativismo vegetal, o manejo florestal, a bioindústria e o desenvolvimento de produtos farmacêuticos e cosméticos a partir da biodiversidade, receberam pouco investimento. Essa escolha por empreendimentos de grande impacto socioambiental comprometeu a possibilidade de transformar a região em referência global de economia verde. Além disso, a maioria dos projetos beneficiou grandes empresas e investidores externos, enquanto as comunidades tradicionais foram desconsideradas ou prejudicadas, muitas vezes com deslocamentos forçados e pouca geração de emprego local.

A falta de alinhamento entre os projetos da SUDAM e as reais necessidades da população amazônica contribuiu para o fracasso das políticas implementadas. Setores essenciais, como saúde, educação, saneamento básico e qualificação profissional, foram deixados em segundo plano. A ausência de políticas efetivas de inclusão social, com formação técnica voltada para o uso sustentável da floresta, impediu que as populações locais participassem dos benefícios do crescimento

econômico. Com isso, perpetuaram-se a pobreza e a desigualdade na região. O modelo adotado desconsiderou os ganhos de longo prazo de um desenvolvimento baseado na biodiversidade e ignorou o potencial da Amazônia de aliar conservação ambiental e geração de renda de forma sustentável.

A Amazônia tem um potencial extraordinário para se tornar um modelo global de desenvolvimento sustentável. Sua biodiversidade, a vasta extensão de recursos naturais e a riqueza cultural das populações locais oferecem inúmeras oportunidades para projetos inovadores que conciliem crescimento econômico e preservação ambiental. Para que esse potencial seja plenamente aproveitado, é necessário um compromisso firme com a inclusão social, com políticas públicas voltadas à qualificação profissional da população local, à melhoria no acesso à saúde, à educação e à infraestrutura básica, como saneamento e transporte.

Nesse contexto, destaca-se a nova atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), recriada em 2007 no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o propósito de superar os limites institucionais do passado e promover um desenvolvimento mais equilibrado. Os autores Horsth, Almeida e Mendes (2021, p. 99) observam que, com a reestruturação, os objetivos da SUDAM passaram a incluir a "promoção do desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional".

Entre os principais eixos estratégicos definidos no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) 2024-2027, destacam-se: o Desenvolvimento Produtivo, que visa integrar e diversificar as atividades econômicas, com a agregação de valor à biodiversidade; a Infraestrutura Econômica e Urbana, voltada à construção e modernização das infraestruturas necessárias para impulsionar o crescimento da região; o Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais, com o objetivo de melhorar a governança e gestão pública em âmbito local; o Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais, que busca reduzir as desigualdades sociais e ampliar o acesso à educação, saúde e outros serviços fundamentais; o eixo de Pesquisa, Inovação e Educação, que combina ciência, tecnologia e inovação com educação e qualificação profissional, como motores do desenvolvimento sustentável; e, finalmente, o Meio Ambiente, que centraliza as ações relacionadas à preservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Essa nova abordagem também está profundamente alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)3 da ONU, além de estar fortemente influenciada pelas diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Um dos pontos centrais dessa reestruturação é a aposta estratégica na valorização da sociobiodiversidade amazônica, visando integrá-la de forma mais direta aos projetos de desenvolvimento econômico, gerando emprego e renda, ao mesmo tempo em que promove a conservação ambiental.

Entre 2007 e 2014, a SUDAM concedeu aproximadamente R$ 17,8 bilhões em incentivos fiscais, beneficiando 548 empresas em 107 municípios da Amazônia Legal por meio de 1.758 operações de incentivo (HORSTH; ALMEIDA; MENDES, 2021, p. 103). Apesar do alcance limitado a determinados setores e localidades, essa política sinaliza uma tentativa de fortalecer cadeias produtivas regionais com algum grau de retorno social e econômico.

A principal transformação da nova SUDAM, segundo os autores, reside no esforço em romper com a lógica anterior de incentivos descontrolados voltados a grandes empreendimentos predatórios. Conforme apontam, a nova abordagem destaca-se por buscar:

> Uma atuação mais inclusiva e integrada, considerando o potencial da bioeconomia e o fortalecimento das capacidades locais para garantir que o desenvolvimento da Amazônia ocorra de maneira equitativa e sustentável, sem repetir os erros de um crescimento desordenado e excludente" (HORSTH; ALMEIDA; MENDES, 2021, p. 109).

Assim, o futuro da Amazônia passa por um redesenho institucional que reconheça seus limites e suas possibilidades. A integração entre ciência, inovação, inclusão social e conservação ambiental deve estar no centro das políticas públicas regionais. A bioeconomia, o ecoturismo e o manejo florestal sustentável representam caminhos viáveis para aliar geração de renda e proteção ambiental.

Nesse sentido, a proposta da bioeconomia como eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável da Amazônia tem ganhado relevância. Carlos Nobre (2019), pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP, destaca que a verdadeira riqueza da floresta não está apenas nos recursos já conhecidos, mas no imenso potencial ainda não explorado da biodiversidade. Para ilustrar, enquanto a produção de commodities como carne e soja gera, em média, R$ 604,00 por hectare ao ano, produtos oriundos da floresta em pé, como açaí, cacau e castanha, podem alcançar até R$ 12.300,00 por hectare, revelando uma oportunidade econômica significativa.

O projeto Amazônia 4.0, idealizado por Nobre, propõe uma quarta revolução industrial baseada em tecnologias como internet das coisas, biotecnologia e redes descentralizadas de produção. Segundo o pesquisador, "há urgente necessidade de implementar soluções disruptivas", e o caminho estaria na combinação entre "ativos biológicos e tecnologias avançadas num círculo virtuoso" (NOBRE, 2019). Essa abordagem reforça a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento que valorize a floresta em pé, incorpore inovação e gere oportunidades em escala local, respeitando as especificidades culturais e ambientais da região.

Além disso, o Amazônia 4.0 já conta com iniciativas concretas, como os Laboratórios Criativos e o projeto Genômica, que buscam integrar comunidades amazônicas ao processo produtivo de forma inovadora. Com ações como o desenvolvimento de capacitação em território Yanomami, voltadas à cadeia produtiva do cupuaçu e do cacau, o projeto demonstra que é possível aliar conservação, geração de renda e inclusão social. Como enfatiza Nobre (2019), "preservar e produzir

não são verbos antagônicos", sendo possível construir um modelo de industrialização descentralizada e sustentável a partir da biodiversidade.

Para que isso se concretize, é necessário fortalecer os marcos institucionais, promover transparência e assegurar a participação ativa das populações locais em todas as etapas do processo de desenvolvimento.

6. CONCLUSÃO

Este artigo traçou um panorama abrangente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), destacando suas principais falhas de gestão, o impacto da corrupção e as oportunidades que foram perdidas para um desenvolvimento regional sustentável. Desde sua criação, a SUDAM enfrentou sérios desafios que comprometeram sua eficácia, incluindo a falta de planejamento estratégico, o descompasso entre as políticas públicas e as reais necessidades das comunidades amazônicas, e a gestão inadequada dos recursos financeiros. Esses fatores culminaram em projetos que não apenas falharam em alcançar seus objetivos, mas também prejudicaram as populações que deveriam ter sido beneficiadas.

As lições aprendidas com a trajetória da SUDAM são essenciais para moldar o futuro das políticas de desenvolvimento na Amazônia. É imperativo reconhecer que o desenvolvimento não pode ser imposto de fora, mas deve emergir das necessidades, dos saberes e das aspirações das comunidades locais. A inclusão das populações tradicionais, como indígenas e ribeirinhos, nas etapas de planejamento e execução é fundamental para garantir que os projetos reflitam suas realidades e promovam um impacto positivo em suas vidas.

Além disso, a experiência da SUDAM enfatiza a importância de um planejamento de longo prazo. As políticas públicas devem ser projetadas com uma visão que transcenda os ciclos políticos e os interesses imediatos, priorizando um desenvolvimento sustentável que leve em conta as complexidades socioeconômicas e ambientais da Amazônia. O compromisso com a sustentabilidade deve ser central nas novas iniciativas, explorando o potencial da biodiversidade da região por meio de projetos de bioeconomia, ecoturismo e manejo florestal sustentável.

A luta contra a corrupção e a má gestão é outra lição crucial que se destaca da análise da SUDAM. Para restaurar a confiança na administração pública e garantir que os recursos destinados ao desenvolvimento sejam utilizados de forma eficaz, é fundamental implementar mecanismos de controle rigorosos e promover a transparência nos processos. Investir em auditorias independentes e criar canais de participação da sociedade civil no monitoramento dos projetos são passos essenciais para garantir que os erros do passado não se repitam.

Por fim, a reafirmação da necessidade de políticas públicas mais eficazes e adaptadas à realidade amazônica é uma condição sine qua non para garantir um desenvolvimento regional sustentável. A Amazônia não é apenas uma rica fonte de recursos naturais, mas também um espaço vital para a preservação do meio ambiente e para a construção de um futuro mais justo. Ao abordar as questões de forma holística e integrada, será possível não apenas promover o desenvolvimento econômico, mas também fortalecer a identidade cultural e a diversidade social da região.

Em suma, as experiências passadas da SUDAM devem servir como um guia para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento na Amazônia, que reconheça a importância da inclusão social, da sustentabilidade ambiental e da gestão responsável dos recursos. Com um compromisso renovado e uma abordagem proativa, a Amazônia pode se transformar em um modelo de desenvolvimento que respeita suas peculiaridades, beneficia sua população e contribui para a conservação de um dos ecossistemas mais preciosos do planeta.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Regulamenta o Plano de Valorização da Amazônia e cria a SUDAM.**
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). (2015). **Formação Institucional da Amazônia**. In Coleção Formação Regional da Amazônia, Volume 1. Belém: Universidade Federal do Pará.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Paradoxos da burocracia. Um estudo de caso da Amazônia brasileira.** Brasília: UNB, 1976 (dissertação de mestrado).

MARQUES, Gilberto de Souza. **SPVEA: O Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966).** Revista Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 34, p. 163-198, fev. 2013.

LEÓN, Ana Cevelyn; ARAÚJO, Itamar; REZENDE, Giulliano; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. **Planejamento regional no Brasil: a experiência da Sudam.** Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v. 7, n. 18, p. 02-21, set. 2015.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Histórico - SUDAM.** Disponível em: https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional/historico-sudam. Acesso em: 18 out. 2024.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Estudos Avançados, v. 16, n. 45, 2002.

HOMMA, A. K. O. **A extração de recursos naturais renováveis: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia. 1989.** 346-376 f. Tese (Doutorado em Economia Rural) - Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

FEARNSIDE, Philip M. **A Hidrelétrica de Balbina: O faraonismo irreversível versus o meio ambiente na Amazônia.** In: HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA: IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS NA TOMADA DE DECISÕES SOBRE GRANDES OBRAS. Vol. 1. Manaus: Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 2015. p. 97-125. 296 p.

KRUGER, Renata Belz. **Colonização da Transamazônica durante o governo militar: manifestações do dispositivo colonial**. Revista GeoAmazônia, v. 11, n. 22, 2022.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. 2007.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

LUIZ, Edson. **Caso Sudam: impunidade se arrasta por uma década**. Estado de Minas, 27 mar. 2011. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/03/27/interna_politica,217893/caso-sudam-impunidade-se-arrasta-por-uma-decada.shtml. Acesso em: 20 out. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024-2027**. Belém: SUDAM, 2023.

NOBRE, Carlos. **Bioeconomia é caminho para desenvolvimento sustentável na Amazônia. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)**, 25 out. 2019. Disponível em: https://cebds.org/noticia/bioeconomia-e-caminho-para-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia/. Acesso em: 3 jun. 2025.

HORSTH, Tarrara Alves; ALMEIDA, Fernanda Maria de; MENDES, Wesley de Almeida. **Medidas institucionais e econômicas do PAC: a recriação da Sudam e da Sudene e o desenvolvimento regional.** Latin American Research Review, v. 56, n. 1, p. 98–112, 2021. DOI: https://doi.org/10.25222/larr.524.